



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Gabinete
Comitê Interno de Governança Pública

ATA - SEE/GAB/CIG

Ao **primeiro** dia do mês de **julho** de **2024**, reuniu-se, ordinariamente, o Comitê Interno de Governança Pública da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - CIG/SEEDF, de forma presencial, na Sala de Reuniões do Gabinete, localizada no 12º andar do Ed. Venâncio 3.000 (Shopping ID), Ed. Sede da SEEDF. Participaram desta reunião os seguintes integrantes do CIG: a Secretária de Estado de Educação, Hélvia Miridan Paranaguá Fraga; a Chefe de Gabinete, Ana Cláudia Nogueira Veloso; a Subsecretária de Educação Básica, Iêdes Soares Braga; o Subsecretário de Gestão de Pessoas, Substituto, Neder Nunes; o Subsecretário de Administração Geral, Francisco das Chagas Paiva da Silva; a Subsecretária de Formação Continuada dos Profissionais de Educação, Substituta, Luciana Ribeiro; a Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral, Substituta, Vânia Costa Martins; a Subsecretária de Apoio às Políticas Educacionais, Fernanda Mateus Costa Melo, e o Subsecretário de Operações em Tecnologia da Informação e Comunicação, Luan Lopes Leite. Além dos membros do CIG, também estiveram presentes na reunião: o Chefe da Assessoria Técnica de Governança, Integridade e Gestão de Riscos, Christiano Sasaki, na qualidade de Secretário Executivo deste Comitê; a representante da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, Vanusa Maria Rabelo Coelho; a representante da Subsecretaria de Infraestrutura Escolar, Sônia Bárbara; a Chefe da Assessoria de Comunicação, Gláucia Simões da Silva, acompanhada da servidora Laiana Dias, Matrícula 242583-1; a Chefe da Assessoria de Relações Institucionais, Substituta, Cássia Luiza de O. Mazza; a Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa, Mônica Maria Cunha Gondim; a Ouvidora, Evelyne Maria da Cunha Queiroz; a Corregedora, Ana Paula Gadelha Marques Meira; o Chefe da Unidade de Controle Interno, Marcelo Vinício Rodrigues, e o servidor Rogério Moreira de Oliveira, Matrícula 252.574-7, lotado na Assessoria Técnica de Governança, Integridade e Gestão de Riscos da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica, responsável pela redação desta Ata. Estiveram ausentes a esta reunião: o Secretário Executivo, Isaias Aparecido da Silva; a Chefe da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica, Tânia de Ávila, e a Subsecretária de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, Francisleide do Socorro Rodrigues de Abreu Ferreira, que não puderam comparecer em razão de compromissos concomitantes. **Os assuntos pautados para esta reunião foram:** **(i)** ASGOV: Aprovação da padronização da anonimização do CPF no âmbito da SEEDF; **(ii)** Posicionamento aos integrantes do CIG sobre as principais pautas tratadas na reunião do Conselho de Governança Pública (CGOV) do DF realizada no dia 25 de junho de 2024; **(iii)** Posicionamento aos integrantes do CIG sobre a solicitação de atualização do Regimento Interno Escolar; **(iv)** ASCOM: Apresentação da diagramação da versão final do Relatório Estratégico de Gestão - REG 2021-2023 da SEEDF; **(v)** SUAG: Apresentação do Painel de Licitações da SEEDF; **(vi)** retificação do tópico referente à fala da SUPLAV na Ata de reunião do CIG de 3 de junho de 2024. **A reunião iniciou às 15h10min**, com a fala da Secretária de Estado de Educação, Hélvia Paranaguá, que agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao servidor Christiano Sasaki, que cumprimentou a todos e apresentou as pautas do dia aos presentes. Abrindo a **primeira pauta**, Christiano informou aos membros do CIG sobre a necessidade de padronização da anonimização do CPF no âmbito da Secretaria de Educação, com o intuito de uniformizar os documentos e as publicações e, assim, evitar a ocorrência de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, conforme disciplina a LGPD. Informou que algumas instituições anonimizam os primeiros dígitos e outras os últimos dígitos e que isso acontece porque não há regulamentação, inclusive por parte da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sobre o procedimento que deveria ser utilizado. Esclareceu que diante dessa ausência de orientação, foi realizada uma pesquisa pela Assessoria de Governança e Gestão Estratégica, que identificou análises feitas pela Controladoria-Geral

da União (CGU) a respeito da anonimização do CPF, demonstrando que é melhor anonimizar os três primeiros números e os dois últimos. Assim, baseando-se neste exame da CGU, a ASGOV sugere que este seja o padrão adotado pela Secretaria de Educação, pois há uma análise técnica que o sustenta. Esclareceu que esta padronização é essencial para resguardar a Secretaria de Educação de eventuais incidentes de segurança envolvendo dados pessoais sob a responsabilidade deste órgão. Informou que, para isso, foi elaborada uma minuta de resolução do CIG, que foi submetida à apreciação da Assessoria Jurídica-Legislativa e retornou sem recomendações de ajustes substanciais, e que, no momento, estão sendo providenciados os ajustes e, posteriormente, essa resolução será disponibilizada para assinatura dos membros do CIG. Em seguida, os membros do CIG aprovaram, por unanimidade, a padronização da anonimização do CPF na SEEDF seguindo a proposta apresentada pela ASGOV (**.999.999-**). Antes de adentrar na próxima pauta, Christiano informou aos presentes sobre a realização do Seminário de Governança Pública da SEEDF, idealizado e organizado pela ASGOV e que acontecerá em 13 de agosto de 2024, das 14h às 18h, no Auditório Neuza França (1º Subsolo da Torre B do Ed. Venâncio 3.000). Informou que, neste evento, será realizada a cerimônia de aprovação do Programa de Governança Pública da SEEDF, que é um importante documento para a Secretaria, pois trará as diretrizes para todas as ações e projetos em governança pública desenvolvidos dentro do órgão. Esclareceu que não foi encontrado instrumento semelhante em outro órgão do DF, de modo que esse Programa será pioneiro no âmbito da Administração Pública do DF. Informou que foram convidados, como palestrantes, servidores renomados, e especialistas nas temáticas abordadas no Seminário, da Casa Civil do DF, da Secretaria de Estado de Economia do DF e da Controladoria-Geral do DF. Ressaltou que será um evento muito importante para a Casa e, por isso, conta com o apoio de todos os integrantes da alta gestão para divulgar o Seminário, participar e incentivar a participação dos demais servidores. Em seguida, Christiano iniciou a **segunda pauta**, que se referiu à atualização do Regimento Interno Escolar. Informou que este assunto foi levantado na última reunião do CIG pela Subsecretária de Gestão de Pessoas, Ana Paula, que solicitou à ASGOV que fosse providenciada a atualização do Regimento Interno Escolar. Àquela oportunidade, a Chefe da ASGOV, Tânia de Ávila, informou que iria analisar a solicitação e daria um retorno ao CIG. Esclareceu que, inicialmente, a ASGOV buscou entender o andamento atual do Regimento Interno Escolar para verificar como este trabalho poderia ser realizado e que, durante esta pesquisa, a ASGOV identificou que a SUPLAV informou, na minuta do Relatório Estratégico de Gestão da SEEDF relativo ao período de 2021 a 2023, que, em 2023, havia iniciado a atualização do Regimento Interno Escolar, em conjunto com a SUBEB e a SUBIN, e que a minuta estaria pronta em 2024. Esclareceu que, já que esse trabalho está sendo desenvolvido pela SUPLAV, a proposta da ASGOV é que ele seja concluído por ela e que, futuramente, se houver necessidade, o Escritório de Processos da ASGOV se encarregaria da atualização dele. Nesse momento, a Secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, sugeriu que, sendo uma ação que envolve a participação de Subsecretarias pedagógicas, o ideal seria que o Escritório de Processos desse prosseguimento ao trabalho para articular essa ação da edição de um Regimento Interno Escolar. Esclareceu que esta atividade, assim como outras, estavam inicialmente na Subsecretaria de Planejamento e Avaliação (Suplav) porque, à época, ainda não havia sido criada uma unidade administrativa responsável pela governança na SEEDF, mas que, com a criação da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (Asgov), essa atividade deveria passar para ela. Em seguida, os membros do CIG concordaram, por unanimidade, que a atualização do Regimento Interno Escolar seja conduzida pelo Escritório de Processos da ASGOV. Seguindo com a reunião, Christiano iniciou a **terceira pauta** informando aos presentes sobre os principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Governança Pública do DF (CGOV) realizada no dia 25 de junho de 2024, no Salão Nobre do Palácio do Buriti, organizada e conduzida pela Controladoria-Geral do DF, da qual participaram o Secretário de Estado de Educação, Substituto, Isaias Aparecido, e a Chefe da ASGOV, Tânia de Ávila. Para isso, projetou alguns slides utilizados pela CGDF durante a reunião do CGOV para apresentar aos membros do CIG. Informou que, na reunião do CVOG, foi apresentada a proposta de alteração do Decreto de Governança: entre estas propostas está prevista a atualização do nome atual “Política de Governança Pública e Compliance” para “Política de Governança Pública” e que haverá um capítulo dentro do decreto dedicado à Integridade Pública; foi demandada também a inclusão dos princípios da “participação social” e “inovação”, pela importância do foco no cidadão na entrega de valor público e foi proposto, também, que os órgãos se responsabilizem em disponibilizar dados para o “portal de dados abertos do GDF”. Nesse momento, lembrou aos presentes que, na Secretaria de Educação, já está sendo desenvolvido um portal de dados abertos próprio, que esteja integrado com o “portal de dados abertos do GDF”

permitindo a atualização simultânea sem a necessidade de um trâmite processual, o que trará eficiência e transparência para as nossas ações. Trata-se de uma ação solicitada pela ASGOV, que está sendo desenvolvida pela SUBTIC e que é iminente a conclusão desse trabalho. O objetivo é que este portal esteja em funcionamento até setembro deste ano, pois há o interesse em inscrevê-lo para concorrer à categoria do “Prêmio IP de Inovação e Transparência” da CGDF. É um projeto sem precedentes ainda no GDF e será o pontapé inicial para o estabelecimento de uma cultura de gestão orientada a dados dentro da Casa. Outra proposta que veio em relação à alteração no Decreto de Governança foi colocar a Ouvidoria como membro nato do CIG. No âmbito da SEEDF, a Ouvidoria já participa do CIG como apoio consultivo e, com a alteração do Decreto, passará a ser membro nato, com direito a voto. Informou que, além da proposta de alteração do decreto de governança, também foi deliberado na reunião do CGOV que as reuniões ordinárias deste Comitê ocorrerão sempre na última segunda-feira de cada mês. Sobre o Regimento Interno do CGOV, informou que a minuta será elaborada e apresentada futuramente aos membros do CGOV. Esclareceu que, na reunião do CGOV, também foi apresentado o Modelo de Governança que a CGDF vai utilizar para avaliar os órgãos em matéria de práticas de governança a partir de 2025. Informou que alguns membros do CGOV propuseram que o Modelo avaliasse a governança, concentrando-se em trazer diretrizes para o estabelecimento dos órgãos, sem instrumentos de medição do desempenho. A SEEDF, por sua vez, opinou pela existência da medição do desempenho do órgão, mas com um viés voltado para o próprio órgão, e não para fins de comparação com os demais órgãos do GDF. Defendeu que é importante a existência de indicadores de desempenho no Modelo, que permitam fazer a mensuração da maturidade em governança, para observar a evolução das práticas de governança dentro dos órgãos e entidades; que, no caso da SEEDF, é importante para as áreas acompanharem a evolução da maturidade da governança e da gestão; que é um incentivo para as unidades aprimorarem seu trabalho a cada dia. Christiano esclareceu que todas as sugestões foram registradas e serão avaliadas pela CGDF e que, então, se espera que o Modelo venha com indicadores de boas práticas, notas, padrões ou selos que vão medir o índice de governança nos órgãos do GDF. Christiano prosseguiu com o assunto esclarecendo aos membros do CIG que a SEEDF já foi avaliada em 2023 pelo atual Modelo de Governança da CGDF e que a proposta é que este Modelo seja aprimorado. Que, no Modelo vigente, foi realizado o diagnóstico por meio de levantamento das respostas à diversas questões que são encaminhadas aos órgãos e ao fim deste processo a CGDF elabora uma Nota Técnica com recomendações e uma minuta com o Plano de Ação, que é votado e aprovado pelo Comitê Interno de Governança Pública de cada órgão, para ratificação das ações a serem implementadas na Casa. Este processo já foi percorrido em 2023 dentro desta SEEDF e no momento nos encontramos na fase de Monitoramento. Os critérios avaliados pela CGDF nos órgãos de alta complexidade, como é o caso da SEEDF, são os seguintes: ser um órgão instituído; ter área de Governança criada; ter Planejamento Estratégico; ter atividade de Mapeamento de Processos; ter atividade de Gestão de Riscos; ter Programa de Integridade; ter Unidade de Controle Interno; ter Ouvidoria implantada; ter o monitoramento da transparência; Governança de Pessoas e Cursos de Formações para o CIG após regulamentação da Secretaria de Economia. Este critério entra em Gestão por Competências que ainda não foi iniciado na SEEDF, pois aguarda diretrizes da Secretaria de Economia do DF, na qualidade de Órgão Central de Gestão de Pessoas do Executivo do DF. Informou que, na SEEDF: o Escritório de Processos, que foi instituído recentemente, está encarregado da Gestão por Processos, atividade que envolve o mapeamento e a modelagem dos processos organizacionais; foi aprovado o ciclo da Gestão de Riscos, isto é, como os artefatos da Gestão de Riscos tramitam para chegar ao CIG, faltando apenas publicá-lo; o Manual de Contratações e Aquisições Públicas da SEEDF está com os dois primeiros Módulos (I - Planejamento da Contratação e II - Seleção do Fornecedor e Formalização da Contratação) concluídos e revisados e com o último Módulo (III - Execução do Contrato) em elaboração. Desta forma, reforçou que a SEEDF está avançando, também, nestes critérios. Informou que, ao final da reunião do CGOV, o Controlador-Geral da CGDF discorreu sobre a realização do Fórum de Governança da CGDF, em 5 de setembro de 2024, e solicitou a presença dos membros do CGOV na abertura do evento. Iniciando nova pauta, Christiano atualizou os integrantes do CIG sobre o andamento do processo eleitoral da Gestão Democrática de 2024. Informou que as minutas da resolução e o edital já foram elaboradas e que se encontram em exame na Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL). A previsão é que ambos estes documentos sejam publicados no DODF até o final da primeira quinzena de julho de 2024. Concluídos os assuntos referentes à ASGOV, Christiano introduziu a próxima pauta desta reunião destacando que a elaboração do Relatório Estratégico de Gestão (REG) da SEEDF, relativo ao período de 2021 a 2023, foi solicitada à ASGOV em fevereiro deste ano

e que é um documento de suma importância para a SEEDF, pois registra o histórico das ações desenvolvidas neste período e os resultados alcançados. Também, servirá de base para o monitoramento do Plano Estratégico Institucional (PEI) e para o fortalecimento da transparência e da governança neste órgão. Em seguida, abriu a palavra para que a ASCOM iniciasse a **quarta pauta** desta reunião, para apresentação da diagramação da versão final do Relatório Estratégico de Gestão (REG) da SEEDF relativo ao período de 2021 a 2023. A servidora Laiana Dias iniciou a apresentação do trabalho, que foi desenvolvido por ela, esclarecendo que a diagramação do REG envolveu elementos humanizados (salas de aula, estudantes, professores, elementos mais arredondados) que estão nas publicações espalhadas pelo prédio da Sede da Secretaria e nos materiais impressos e digitais. Esclareceu que esses elementos foram trabalhados também no REG para dar leveza e delicadeza ao projeto. Adicionou que a ideia também foi trazer uma identidade para cada eixo temático do REG, abordando elementos voltados à criatividade (laranja e rosa), sustentabilidade (verde), imagens que representam cada Eixo e conteúdo com bastantes imagens “brincando” com o texto, para conferir maior interação com o leitor. No Eixo de Direitos Humanos foram trazidos diversos elementos que se relacionam com a diversidade (olhos, personagens diferentes e outros), além de muitas imagens feitas no âmbito da Secretaria com nossos estudantes, servidores e projetos, bem como símbolos e selos. Ao final da apresentação, os membros do CIG elogiaram o trabalho desenvolvido pela ASGOV e pela ASCOM e aprovaram, por unanimidade, a versão final do REG 2021-2023. Diante desta aprovação, Christiano informou aos presentes que será providenciada a publicação deste Relatório. Em seguida, Christiano abriu a palavra para que a SUAG iniciasse a **quinta pauta** desta reunião, que se referiu à apresentação do Painel de Licitações da SEEDF. Inicialmente, o Subsecretário da SUAG, Francisco, apresentou os servidores da SUAG que estão à frente do Painel de Licitações: Renato Rillos Mendes, Chefe da Unidade de Licitação; Paola Godoy Germi Pereira, Diretora da DPROL, e Anchieta Soares de Souza, Pregoeiro. Neste momento, Christiano informo sobre a importância da institucionalização do Painel de Gestão da SEEDF e solicitou ação conjunta da SUBTIC para avançar neste projeto, já que o Painel de Licitações da SUAG poderá compor o Painel de Gestão da SEEDF. Prosseguindo, os servidores da SUAG iniciaram a apresentação do Painel de Licitações informando que a construção deste Painel iniciou com um levantamento estatístico de licitação, no período de 15/04/2024 até 30/6/2024; que estes dados demonstraram que foram elaborados 888 documentos, 517 processos, dos quais 504 processos foram despachados, e que se transformaram em pregões, dispensas e outros ao longo das suas tramitações. Esclareceram que o Painel de Licitações funciona da seguinte forma: divide-se em cada uma das diretorias (Diretoria de Pesquisa de Preço e Atas, Diretoria de Edital de Licitação, Diretoria de Contratos) e os Agentes de Contratação (como o pregoeiro); cada uma destas diretorias alimentam diariamente o painel e, assim, têm-se para o SUAG os dados agregados com o detalhamento do processo (processo, objeto, unidade, requisitante, data de recebimento, tempo de conclusão, observações que tenha sido feitas, estimativa do valor). Explicou que, mapeando os processos e as melhores práticas, se observou que um processo tem 12 Termos de Referência (TR) e este ponto precisa ser aprimorado, já que o ideal seria que houvesse um TR inicial, uma minuta e um TR definitivo para chegar em um resultado mais rápido. Informou que, do levantamento de dados estatísticos que foi realizado, se observou que 55% dos processos são de alimentos e vem da Subsecretaria de Apoio às Políticas Educacionais (SUAPE), ou seja, são processos que demandam bastante atenção e comprometimento, pois esta Subsecretaria atende demandas que geram resultados diretamente aos estudantes. Esclareceu que o painel também apresenta o *status*, que corresponde à fase em que se encontra a licitação: fase interna, externa, suspenso ou homologado; que o painel apresenta um prazo médio, em dias, de quanto tempo dura um processo de dispensa de licitação, de concorrência e de pregão eletrônico; que, por meio deste Painel, também será possível acompanhar o valor estimado e o valor licitado, bem como as próximas licitações previstas. Demonstrou que o Painel poderá ser navegado por abas: Contagem por Tipo de Licitação, Processos por Área, Contagem por Tipo de Licitação, Processos Finalizados por Área, Processos por Demandante, Processos Concluídos, além de conter o saldo de atas com os valores disponíveis para compras mais eficientes e alocação responsável de recursos orçamentários. Conclui a demonstração reforçando que o Painel de Licitações tem o intuito de apresentar dados para amparar a tomada de decisão dos gestores, além de fomentar a transparência no órgão. A servidora da SUAG, Paola Godoy, adicionou que, com a publicação do Manual de Contratações e Aquisições Públicas da SEEDF, cuja elaboração está demandando esforços e envolvimento de várias áreas da SEEDF, os fluxos ficarão muito mais precisos e claros e os treinamentos e metodologias serão disseminados na Casa. Nesse momento, Christiano, na qualidade de representante da ASGOV, solicitou

que todo esse projeto (Painel de Licitações) fosse formalizado junto à SUBTIC para ser institucionalizado no órgão. A Secretária Hélvia ratificou a sugestão apresentada pelo Christiano e solicitou a formalização do projeto, ressaltando que ele trará muitos avanços relativos à gestão de processos e à transparência pública. O Subsecretário de Administração Geral, Francisco das Chagas, agradeceu pela atenção e principalmente pelo apoio unânime ao projeto e informou que a apresentação do Painel está disponível no *link*: Guia interativo para acompanhamento das licitações 2024 SEEDF: <https://padlet.com/pregaosuag/licita-es-2024-seedf-v1-dqmplpdh18iri55j>, para acesso dos interessados. Christiano aproveitou o ensejo para complementar que a servidora, Paola Godoy, que faz parte dessa força tarefa do Painel de Licitações, também está envolvida na Gestão de Riscos em Planejamento e Contratações, que já está na fase de lançamento do Plano de Ação na plataforma SAEWEB da CGDF, para posterior fase de monitoramento. Parabenizou a equipe da SUAG pela iniciativa e complementou que as diretrizes de Governança vão neste caminho de apresentação de dados estatísticos para orientar a tomada de decisão dos gestores e esse trabalho da equipe está andando em direção aos objetivos da Governança Pública, da transparência e do planejamento estratégico. A Secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, adicionou que este projeto do Painel de Licitações poderá ser referência para outros painéis que também formalizarão melhor os processos e servirão de insumo para o Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria e para que a tomada de decisão seja mais acertada e menos morosa, além de fomentar a transparência e a resposta que a sociedade busca para cada ação desta Secretaria. A Ouvidora, Evelyne, adicionou que esse Projeto do Painel de Licitações se enquadra no conceito da transparência ativa, tão cobrada pelos órgãos de controle, e parabenizou a equipe da SUAG. Passando para a **sexta pauta** desta reunião, Christiano informou que a SUPLAV solicitou a retificação da Ata da reunião ordinária do CIG realizada em 3 de junho de 2024, especificamente no ponto relativo à fala dos representantes da SUPLAV. Para melhor entendimento pelos membros do CIG sobre os pontos a serem retificados, distribuiu um quadro comparativo do texto original com a retificação proposta pela SUPLAV e esclareceu que as alterações se referem a termos técnicos, não havendo alterações substanciais de conteúdo quanto ao que foi tratado na reunião. A Secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, esclareceu que a Subsecretária da SUPLAV, Franciscleide, já havia despachado com ela sobre esta retificação. Em seguida, Christiano perguntou se todos concordavam com a proposta apresentada, oportunidade em que os membros do CIG aprovaram, por unanimidade, a retificação da Ata da reunião ordinária realizada em 3 de junho de 2024, da seguinte forma: **onde se lê**: "passando a palavra para a Subsecretária da SUPLAV, Franciscleide, que apresentou o Chefe de Unidade Cristiano e a Diretora Ana Carolina, para informarem sobre o detalhamento da proposta de elaboração dos planos de ação da SEEDF. O Chefe Cristiano informou sobre a mudança da metodologia para um planejamento que pensa no todo, com diagnóstico de toda a Secretaria e integrado com o Plano Distrital de Educação (PDE), o Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Contratações Anual (PCA); informou que serão realizados o diagnóstico, o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento, a execução e a prestação de contas de todos os processos; que, com a reestruturação realizada em outubro de 2023, a Unidade passou a contar com três diretorias para desenvolver esse trabalho, e que os planos de ação serão construídos ouvindo todas as subsecretarias e todas as regionais de ensino. Em seguida, a Diretora Ana Caroline apresentou os motivos que levaram a construir e sustentar esse planejamento, quais sejam: representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apontando a necessidade desse planejamento; a auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), que está verificando como foi realizado o planejamento dos últimos quatro anos da SEEDF, e a decisão Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que apontou a necessidade de serem adotadas medidas para garantir o alinhamento do planejamento governamental e o planejamento das unidades escolares, incluindo os PPPs e Planos de Ação, e que seja criado um mecanismo, como um sistema informatizado integrado com a gestão escolar, que possibilite o monitoramento e a avaliação. Explicou que estas questões resultaram na elaboração, pela SUPLAV, de proposta que visa instituir um Plano de Ação para projetos, programas, políticas públicas e os instrumentos de monitoramento e avaliação. Ressaltou que, em um único instrumento, a SEEDF terá a base de dados que todas as assessorias e subsecretarias vão utilizar para gerar relatórios, interligando todas as ações no módulo de gestão. Além de tudo apresentado, informo que ainda há 60 programas federais de repasse de verbas que precisam ser gerenciados; que, preliminarmente, serão mapeados os programas federais, para verificar se estão ativos, quem são os responsáveis e encerrar os que estão vencidos. Informou que os instrumentos utilizados nesse trabalho serão: os planos de ação com os responsáveis; o relatório de monitoramento trimestral com os avanços do programa e

seus pontos de atenção. Informou que, além disso, olhando para a maturidade da gestão no IMGG 100 pontos, que garante as transferências da União, a SUPLAV irá elaborar indicadores para cada programa, realizar o monitoramento das ações e produzir um relatório de avaliação. Esclareceu que, na fase de diagnóstico e planejamento, serão realizadas as seguintes etapas: diagnóstico nas Regionais de Ensino; diagnósticos nas Subsecretarias e a apresentação dos planos de ação na próxima reunião do CIG em julho de 2024. Nesse momento, a Chefe da ASGOV informou que o monitoramento do Plano Estratégico Institucional (PEI) ocorre trimestralmente, e para realizar esse monitoramento, a AGIN depende dos planos de ação e, por isso, solicita que haja a priorização dessas ações frente às áreas. A Diretora Ana Caroline acrescentou que é possível realizar essa priorização e explicou que os planos de ação serão realizados por programas e que cada programa abarcará várias iniciativas do PEI. Detalhou sobre os encontros com as coordenações regionais e com as subsecretarias e informou que o trabalho ocorrerá dentro dos seguintes eixos: de potencialidades e fragilidades de gestão, de formação, de ensino e aprendizagem, de programas e de infraestrutura. Informou que, complementando o diagnóstico, a SUPLAV enviará um formulário qualificado a ser preenchido pelas unidades escolares e coordenações regionais de ensino. Nesse momento, a Subsecretária Ana Cristina acrescentou que, quanto à infraestrutura, existe a necessidade de que a informação sobre o planejamento da manutenção seja realizado em sistema informatizado, o qual já foi cobrado pelos órgãos de controle. Retomando a palavra, a Diretora Ana Caroline esclareceu que, na próxima reunião do CIG, os dados já estarão tratados para a validação dos planos de ação para 2024-2025 e, além disso, que os dados serão utilizados para realizar a conferência do projeto de lei orçamentária de 2025 e para a elaboração do novo Plano Distrital de Educação (PDE). Acrescentou que os resultados previstos com essas ações serão: um planejamento participativo, os subsídios para a construção do novo PDE, o Plano de Ação da SEEDF, a utilização de um único instrumento para monitoramento e planejamento, além da produção de insumos para o monitoramento e a revisão do PEI. A proposta é que sejam desenvolvidos módulos dentro do EducaDF, que serão alimentados por todas as áreas e produzirão diagnósticos para embasar o planejamento das unidades. A Subsecretária da SUPLAV, Franciscleide, ressaltou a importância de utilizar informações fidedignas nesses módulos e sensibilizou a todos sobre a necessidade de prestar as informações solicitadas dentro do prazo e conforme a sua realidade, pois, se a informação estiver equivocada e fora do prazo, o resultado esperado poderá ficar comprometido, ou seja, haverá um planejamento que não condiz com a realidade. A Subsecretária da EAPE, Maria das Graças, disse que é a primeira vez que a EAPE é chamada para participar do planejamento e, por esta razão, parabenizou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela SUPLAV.", **leia-se:** "passando a palavra para a Subsecretária da SUPLAV, Franciscleide, que apresentou o Chefe de Unidade, Cristiano, e a Diretora, Ana Caroline, para informar sobre o detalhamento da proposta de ações para melhorar o processo de diagnóstico, planejamento e elaboração dos planos de ação da SEEDF. Cristiano iniciou sua fala explicitando que, com a reestruturação realizada em outubro de 2023, a Unidade passou a contar com três diretorias para desenvolver o trabalho de planejamento da casa. Dentre as ações de responsabilidade da Unidade estão: diagnóstico, planejamento das obras, mobiliários, equipamentos, orçamento e a consolidação do planejamento das áreas que servirão de base para a elaboração do Plano de Ação da SEEDF, entendendo que este processo de diagnóstico e planejamento precisa ser participativo e integrado. Ele prosseguiu explicando que essa nova formatação precisava ser implementada, uma vez que buscamos um olhar para o todo, porque hoje, na casa, cada setor faz seu levantamento e planeja olhando para suas metas e ações. A proposta é construir isso coletivamente, para que nossas ações reflitam de fato a necessidade e o alcance do todo. Cristiano frisou a importância de que essas ações tenham como ponto de partida o Plano Distrital de Educação (PDE) e que este planejamento reflita no Plano Plurianual (PPA), no Plano de Contratações Anual (PCA) e no Plano de Ações Articuladas (PAR). A metodologia engloba ações de escuta, coleta de dados e priorização de demandas, sendo necessárias para que o ciclo da gestão aconteça de forma efetiva: diagnóstico, planejamento, acompanhamento, monitoramento, execução e prestação de contas. Em seguida, a Diretora Ana Caroline apresentou os motivos que fomentaram a construção dessa metodologia, tais como a representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que apontou a necessidade desse planejamento; a auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), que está verificando como foi realizado o planejamento dos últimos quatro anos da SEEDF; e a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que apontou a necessidade de medidas para garantir o alinhamento do planejamento governamental com o das unidades escolares, incluindo os PPPs e Planos de Ação, além da criação de um sistema informatizado integrado com a gestão escolar, que possibilite o monitoramento

e a avaliação. Explicou que estas questões resultaram na elaboração, pela SUPLAV, de uma proposta que visa instituir um Plano de Ação para projetos, programas, políticas públicas e instrumentos de monitoramento e avaliação. Ressaltou que, em um único instrumento, a SEEDF terá a base de dados necessária para que todas as assessorias e subsecretarias possam gerar relatórios e subsidiar as deliberações necessárias. Além disso, informou que ainda há 60 programas federais de repasse de verbas que precisam ser gerenciados; preliminarmente, serão mapeados os programas federais para verificar se estão ativos, quem são os responsáveis e encerrar os que estão vencidos. Informou que os instrumentos utilizados nesse trabalho serão: planos de ação com responsáveis; relatórios de monitoramento trimestral com os avanços do programa e seus pontos de atenção. Informou que, além disso, olhando para a maturidade da gestão no IMGG 100 pontos, que garante as transferências da União, a SUPLAV irá elaborar indicadores para cada programa, realizar o monitoramento das ações e produzir um relatório de avaliação. Esclareceu que a fase de diagnóstico e planejamento será composta das seguintes etapas: escuta com as regionais de ensino para coleta de dados para o diagnóstico, esses encontros acontecerão nas Regionais de Ensino; coleta de dados das unidades escolares por meio de formulários; escuta e levantamento de dados para o diagnóstico nas Subsecretarias; e a apresentação dos resultados coletados para deliberação do CIG para consolidar o Plano de Ação da Secretaria, na próxima reunião do CIG, em julho de 2024. Nesse momento, a Chefe da ASGOV informou que o monitoramento do Plano Estratégico Institucional (PEI) ocorre trimestralmente, e para realizar esse monitoramento, a AGIN depende dos planos de ação e, por isso, solicita que haja a priorização dessas ações frente às áreas. A Diretora Ana Caroline acrescentou que é possível realizar essa priorização e explicou que os planos de ação serão realizados por programas, sendo provável que cada programa abarque mais de uma iniciativa do PEI. Detalhou sobre os encontros com as coordenações regionais e com as subsecretarias e informou que o trabalho ocorrerá dentro dos seguintes eixos: Pedagógico, Formação, Financeiro, Pessoal, Comunicação e Infraestrutura, levantando as potencialidades e fragilidades e priorizando cada demanda. Para complementar o diagnóstico, a SUPLAV enviará um formulário qualificado a ser preenchido pelas unidades escolares e coordenações regionais de ensino. Nesse momento, a Subsecretária Ana Cristina acrescentou que, quanto à infraestrutura, existe a necessidade de que a informação sobre o planejamento da manutenção seja realizada em sistema informatizado, o qual já foi cobrado pelos órgãos de controle. Retomando a palavra, a Diretora Ana Caroline esclareceu que, na próxima reunião do CIG, os dados já estarão tratados para a validação e elaboração do Plano de Ação para 2024-2025. Para além disso, os dados serão utilizados para apoiar a priorização do projeto de lei orçamentária de 2025; para a elaboração do novo Plano Distrital de Educação (PDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR). Apresentou como resultados previstos: um planejamento participativo, subsídios para a construção do novo PDE, o Plano de Ação da SEEDF, a utilização de um único instrumento para monitoramento e planejamento, além da produção de insumos para o monitoramento e a revisão do PEI. A proposta é que sejam desenvolvidos módulos dentro do EducaDF, alimentados por todas as áreas, para produzir diagnósticos que embasem o planejamento das unidades. A Subsecretária da SUPLAV, Francisleide, ressaltou a importância de utilizar informações fidedignas nesses módulos e sensibilizou a todos sobre a necessidade de prestar as informações solicitadas dentro do prazo e conforme a realidade, pois, se a informação estiver equivocada e fora do prazo, o resultado esperado poderá ficar comprometido, resultando em um planejamento que não condiz com a realidade. A Subsecretária da EAPE, Maria das Graças, disse que é a primeira vez que a EAPE é chamada para participar do planejamento e, por esta razão, parabenizou o trabalho desenvolvido pela SUPLAV." Retomando a palavra, e não havendo dúvidas e nada mais a tratar, a Secretária de Estado de Educação, Hέλvia Paranaguá, agradeceu a presença de todos e **encerrou a reunião às 17h50min**, tendo sido lavrada a presente Ata, que segue assinada por todos os presentes, citados neste documento.



Documento assinado eletronicamente por **EVELYNE MARIA MOURA DA CUNHA QUEIROZ - Matr.0034856-2, Ouvidor(a)**, em 10/07/2024, às 10:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NEDER NUNES ARAUJO - Matr.0020323-8, Subsecretário(a) de Gestão de Pessoas substituto(a)**, em 10/07/2024, às 10:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCIA SIMOES DA SILVA - Matr.0037831-3, Chefe da Assessoria de Comunicação**, em 10/07/2024, às 10:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANIA COSTA MARTINS - Matr.0037566-7, Subsecretário(a) de Educação Inclusiva e Integral substituto(a)**, em 10/07/2024, às 10:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUAN LOPES LEITE - Matr.0239702-1, Subsecretário(a) de Operações em Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 10/07/2024, às 10:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CÁSSIA LUÍZA DE OLIVEIRA MAZZA - Matr.0067232-7, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais**, em 10/07/2024, às 11:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VINÍCIO RODRIGUES - Matr.0257071-8, Chefe da Unidade de Controle Interno**, em 10/07/2024, às 11:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO DA SILVA SASAKI - Matr.0249767-0, Chefe da Assessoria Técnica de Governança, Integridade e Gestão de Riscos**, em 10/07/2024, às 11:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO MOREIRA DE OLIVEIRA - Matr.0252574-7, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Apoio Administrativo**, em 10/07/2024, às 12:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA MARIA CUNHA GONDIM - Matr.0036573-4, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa**, em 10/07/2024, às 12:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MATEUS COSTA MELO - Matr. 02029189, Subsecretário(a) de Apoio às Políticas Educacionais**, em 10/07/2024, às 12:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAS CHAGAS PAIVA DA SILVA - Matr.0030216-3, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 10/07/2024, às 12:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA DE ALMEIDA LULA RIBEIRO - Matr.00328073, Subsecretário(a) de Formação Continuada dos Profissionais da Educação substituto(a)**, em 10/07/2024, às 14:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA GADELHA MARQUES MEIRA - Matr.0208491-0, Chefe da Corregedoria**, em 10/07/2024, às 15:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA NOGUEIRA VELOSO - Matr.0020325-4, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, em 10/07/2024, às 18:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LAIANA DIAS MORAIS - Matr.0242583-1, Assessor(a) Técnico(a)**, em 11/07/2024, às 09:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA - Matr.0300692-1, Secretário(a) de Estado de Educação do Distrito Federal**, em 11/07/2024, às 10:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SONIA BARBARA DE AZEVEDO E SOUSA - Matr.02485788, Assessor(a)**, em 11/07/2024, às 10:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANUSA MARIA RABELO COELHO - Matr.0205077-3, Assessor(a) Especial**, em 11/07/2024, às 10:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA DE OLIVEIRA AGUIAR - Matr.0020047-6, Subsecretário(a) de Gestão de Pessoas**, em 15/07/2024, às 18:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IEDES SOARES BRAGA - Matr.0033284-4, Subsecretário(a) de Educação Básica**, em 18/07/2024, às 21:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 144932737 código CRC= B3129E75.](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=144932737&codigo_CRC=B3129E75)

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 12º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70716-900
- DF

Telefone(s):
Sítio - www.se.df.gov.br

00080-00158737/2023-27

Doc. SEI/GDF 144932737